Entidade Adjudicante | ***DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO***

Número Processo Despesa | **3021010621**

Procedimento | **Concurso Público**

Objeto do Contrato | **Fornecimento de rações de combate**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

REPÚBLICA PORTUGUESA
DEFESA NACIONAL

ÍNDICE

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO 2
Artigo 1.º | Identificação e Objeto do Procedimento 2
Artigo 2.º | Entidade Adjudicante 2
Artigo 3.º | Decisão de Contratar 2
Artigo 4.º | Escolha do Procedimento 2
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS 2
Artigo 5.º | Tramitação do procedimento 2
Artigo 6.º | Consulta da amostra padrão 3
Não aplicável 3
Artigo 7.º | Esclarecimentos, retificações e erros e omissões 3
Artigo 8.º | Idioma dos Documentos que constituem a proposta 3
Artigo 9.º | Documentos da Proposta 3
Artigo 10.º | Elementos da Proposta 4
Artigo 11.º | Entrega de Amostra 4
Artigo 12.º | Prazo de apresentação da Proposta 5
Artigo 13.º | Modo de apresentação da Proposta 5
Artigo 14.º | Propostas variantes 5
Artigo 15.º | Prazo de Manutenção das Propostas 5
Artigo 16.º | Preço Base 5
CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS 6
Artigo 17.º | Critério de Adjudicação 6
Artigo 18.º | Leilão Eletrónico 6
Artigo 19.º | Admissão e Exclusão de Propostas 6
Artigo 20.º | Relatório preliminar 6
Artigo 21.º | Audiência prévia 6
Artigo 22.º | Relatório final 7
CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO 7
Artigo 23.º | Adjudicação 7
Artigo 24.º | Notificação da decisão de adjudicação 7
Artigo 25.º | Documentos de Habilitação 7
Artigo 26.º | Idioma dos Documentos de Habilitação 8
Artigo 27.º | Caução 8
CAPÍTULO V – CONTRATO 8
Artigo 28.º | Minuta do Contrato 8
Artigo 29.º | Celebração de Contrato 9
Artigo 30.º | Não Outorga do Contrato 9
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS 9
Artigo 31.º | Possibilidade de adoção de Ajuste Direto ou Consulta Prévia 9
Artigo 32.º | Encargos do concorrente 9
Artigo 33.º | Consulta Preliminar 9
Artigo 34.º | Proteção de dados 10
Artigo 35.º | Legislação aplicável 10
ANEXO A - MODELO DE DECLARAÇÃO (ANEXO I AO CCP) 11
ANEXO B - MINUTA DA PROPOSTA 12
ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÃO (ANEXO II AO CCP) 13
ANEXO D – CAUÇÃO - MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO 14
ANEXO E – CAUÇÃO - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA / SEGURO-CAUÇÃO 15
ANEXO F – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO 16
ANEXO G - OUTROS REQUISITOS DE ADMISSÃO 17
ANEXO H - REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS 18

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º | Identificação e Objeto do Procedimento

1. O procedimento contratual n.º 3021010621 tem por objeto a aquisição dos bens mencionados no anexo F ao presente Programa do procedimento e nos termos do anexo A do Caderno de Encargos (CE) do presente procedimento, em conformidade com o respetivo clausulado e anexos.
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação conexa.

Artigo 2.º | Entidade Adjudicante

A Entidade Pública Adjudicante é o Ministério da Defesa Nacional – Marinha, representada pela Direção de Abastecimento, sita na Base Naval de Lisboa, Alfeite, CP 2810-001 Almada.

Artigo 3.º | Decisão de Contratar

O órgão competente para a decisão de contratar, autorizar a despesa e aprovar o procedimento é Exmo. Sr. Diretor de Abastecimento, Comodoro AN António Carlos Dias Gonçalves, ao abrigo das competências subdelegadas, nos termos do despacho de subdelegação de competências n.º 4804/2021, de 22 de abril de 2021, do Vice-almirante Superintendente do Material publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 93, de 13 de maio de 2021, conjugado com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

Artigo 4.º | Escolha do Procedimento

Com base em critérios de economia, eficiência e eficácia, conjugado com a natureza do material a adquirir e ao grau de premência da necessidade, foi aprovado e adotado o procedimento de Concurso Público, nos termos do artigo 20.º n.º 1 alínea b) do CCP.

CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Artigo 5.º | Tramitação do procedimento

1. O presente procedimento será integralmente tramitado através da plataforma eletrónica de contratação pública em vigor na Marinha – www.acingov.pt.
2. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação supramencionada.
3. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na referida plataforma eletrónica de contratação pública.
4. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

6. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação.

   A certidão permanente onde conste os poderes para representar a entidade interessada poderá consubstanciar o documento a que alude o número anterior.

Artigo 6.º | Consulta da amostra padrão

Não aplicável.

Artigo 7.º | Esclarecimentos, retificações e erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a apresentação de listas de erros e omissões, devem ser solicitados até ao final do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através do meio eletrónico definido no ponto anterior.
2. Os esclarecimentos e erros e omissões referidos no número anterior serão prestados/respondidos até ao final do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões expressamente aceites, fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
4. Compete ao júri do procedimento a prestação dos esclarecimentos previstos no ponto 6.1.
5. Compete ao órgão competente para a decisão de contratar a decisão sobre os erros e omissões e retificações às peças do procedimento.

Artigo 8.º | Idioma dos Documentos que constituem a proposta

Todos os documentos devem ser apresentados em português.

Artigo 9.º | Documentos da Proposta

1. A proposta é instruída pela totalidade dos documentos abaixo indicados, assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada, antes do processo de submissão da proposta, sob pena de exclusão:

   a. **Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada de acordo com o anexo I ao CCP, constante em Anexo A ao presente Programa, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes;

   b. **Proposta,** de acordo com o Anexo B, com a informação dos atributos, termos, condições e informação técnica detalhada. Em substituição poderá ser apresentado um outro documento, contendo sempre expressa e taxativamente a mesma informação, inscrita no anexo referido;

2. A proposta deve ser igualmente acompanhada pelos seguintes documentos:

   a. **Cópia do comprovativo de entrega de amostra,** quando exigida no anexo G ao presente Programa do Procedimento.

b. **Fichas técnicas dos artigos,** quando exigido no anexo G ao presente Programa do Procedimento.

c. **Documento que faça prova do poder de representação** do assinante, e da sua qualidade/capacidade para obrigar a empresa (certidão permanente, procuração ou documento equivalente), em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP.

3. Adicionalmente, poderão ser apresentados quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Artigo 10.º | Elementos da Proposta

1. **Preço total em EUROS**, com duas casas decimais, obrigatoriamente, não incluindo o IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto, à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre preço por extenso e o escrito por algarismos prevalecerá sempre o preço por extenso parcelarmente apresentado.
2. No caso de o preço unitário ou total ser apresentado com mais de duas casas decimais, o preço considerado será o de duas casas decimais aproximado por defeito.
3. No caso de divergência entre o valor unitário e o valor total da proposta, valerá o valor unitário por unidade de fornecimento descrito no anexo A no Caderno de Encargos, por artigo em cada lote.
4. **A taxa do IVA aplicável deve ser indicada à parte**. Nos casos de isenção é obrigatória a menção ao respetivo fundamento legal (norma, artigo, número, alínea).
5. **Prazo de manutenção da proposta**, nunca inferior a 90 (noventa) dias úteis.
6. **Discriminação do prazo do fornecimento** com escalonamento expressos em dias e/ou descritos por algarismos, por lote. O prazo de fornecimento a apresentar terá de ser sempre em dias corridos, de calendário, a contar com os dias de Sábado, Domingo e Feriados.
7. No caso de o prazo ser apresentado em forma diferente de dias corridos, converter-se-á em dias corridos, na fórmula expressa no ponto anterior. No caso de existir divergência entre as datas indicadas por extenso e as descritas em algarismos prevalecerá sempre a que indicar um prazo mais curto.
8. Quando as propostas são apresentadas por sociedade comercial ou agrupamento, devem ser assinadas por quem tenha poderes para os obrigar.

Artigo 11.º | Entrega de Amostra

1. Sempre que solicitada na Especificação Técnica, na Instrução para Aquisição ou no anexo G ao presente Programa do Procedimento, o concorrente tem de entregar a respetiva amostra para verificação da sua conformidade com os requisitos e características definidas na Especificação Técnica.

2. ALIMENTAÇÃO: A amostra é entregue na Secção de Alimentação da Divisão Operacional e Técnica da Direção de Abastecimento, até às 16h00 do último dia útil da data limite para a entrega das propostas.

3. A não entrega da amostra, nos termos descritos, constitui motivo de exclusão da proposta.

4. A amostra será avaliada nos termos e condições estabelecidas no anexo H ao presente Programa do Procedimento.

Artigo 12.º | Prazo de apresentação da Proposta

1. As propostas deverão ser entregues, impreterivelmente, e sob pena de exclusão, até às 23:59 horas do 9.º dia a contar do dia útil seguinte ao envio, para publicação, do anúncio previsto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP, através do meio eletrónico definido no artigo 5.º.
2. A data fixada para a apresentação de propostas pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado.

Artigo 13.º | Modo de apresentação da Proposta

A proposta e os respetivos documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública em vigor na Marinha – www.acingov.pt.

Artigo 14.º | Propostas variantes

1. Não são admitidas propostas variantes ao presente procedimento, nos termos do artigo 59.º n.º 7 do CCP.
2. Não são admitidas, no contexto de cada lote (caso aplicável), propostas parciais.

Artigo 15.º | Prazo de Manutenção das Propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 dias úteis.

Artigo 16.º | Preço Base

1. O preço base para efeitos do presente procedimento é de 49.979,00 €, enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O preço base identificado no número anterior, compreende os limiares fixados para cada um dos itens previstos no presente procedimento:

   Item 1 – Ração individual de combate ementa 1 – 9.752,00 €

   Item 2 - Ração individual de combate ementa 2 – 12.190,00 €

   Item 3 - Ração individual de combate ementa 3 - 12.190,00 €

   Item 4 - Ração individual de combate ementa 4 – 12.190,00 €

   Item 5 - Ração individual de combate ementa vegetariana – 3.657,00 €

CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 17.º | Critério de Adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto no artigo 74.º n. º 1 alínea b) do CCP.
2. Os preços propostos por lote devem ter em consideração os preços base unitários, caso aplicável.
3. Após aplicação do critério de adjudicação, e se se verificar a situação de empate entre dois ou mais concorrentes, será aplicado o critério por ordem decrescente de ponderação dos fatores. Será adjudicada a proposta que reunir mais pontuação no fator que tiver maior peso. Se se verificar situação de empate, será efetuado o mesmo exercício para o ou os fatores seguintes.
4. No caso de mesmo assim se verificar uma situação de empate entre os concorrentes, serão os mesmos notificados, via correio eletrónico, para comparecerem na data e hora que lhes venha a ser indicada e na morada identificada no presente Programa do Procedimento, para a aplicação do método de sorteio, não sendo, no entanto, obrigatória a sua presença. O sorteio consistirá na identificação dos nomes dos concorrentes, em folhas de formato A5 dobradas em 4 partes iguais e colocadas num saco preto, sendo tirada à sorte apenas uma das folhas por um elemento do júri. A adjudicação será efetuada ao concorrente identificado na folha sorteada. Este sorteio será realizado na presença de pelo menos dois elementos do júri e dos representantes das firmas notificadas e que se queiram fazer representar.

Artigo 18.º | Leilão Eletrónico

As propostas apresentadas não serão objeto de leilão eletrónico.

Artigo 19.º | Admissão e Exclusão de Propostas

Sem prejuízo de outros motivos previstos na lei, são excluídas as propostas nas seguintes situações:

a. Nos termos previstos no artigo 146.º n.º 2 do CCP;
b. Não sejam constituídas por todos os documentos exigidos;
c. Quando se verifique que todos os documentos que compõem a proposta não se encontrem individualmente assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 20.º | Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas.

Artigo 21.º | Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 22.º | Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

Artigo 23.º | Adjudicação

A adjudicação será efetuada ao concorrente que, em cada lote, se posicione no primeiro lugar da ordenação final.

Artigo 24.º | Notificação da decisão de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.
2. A decisão de adjudicação deverá ser notificada aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do disposto no artigo 76.º n.º 1 do CCP.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
    a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa;
    b. Confirmar, no prazo de dez dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições das propostas adjudicadas;
    c. Pronunciar-se sobre a minuta de contrato.

Artigo 25.º | Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
    a. **Declaração elaborada de acordo com o anexo II ao CCP**, constante em anexo C ao presente Programa;
    b. **Certificado de registo criminal** da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da pessoa coletiva ou de pessoa singular, quando aplicável;
    c. **Certidão** sobre a situação regularizada relativamente a **dívidas por impostos ao Estado**;
    d. **Certidão** sobre a situação regularizada relativamente a **dívidas por contribuições para a segurança social** ao Estado;
    e. **Certidão Permanente de Registo Comercial**.
2. Optativamente, pode o adjudicatário emitir uma autorização à entidade adjudicante para obter a referida informação junto das entidades competentes.
3. Caso sejam detetadas não conformidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, nos termos do artigo 86.º n.º 2 do CCP, será concedido um prazo adicional, a definir em função das razões invocadas, para o seu suprimento.

4. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, os adjudicatários não apresentarem os documentos de habilitação no prazo fixado no presente Programa.
5. Quando as situações previstas no número anterior se verifiquem por facto que não seja imputável aos adjudicatários, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 26.º | Idioma dos Documentos de Habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 27.º | Caução

1. Para garantir a boa execução do contrato celebrado, bem como o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, quando este seja superior a 200.000 €, nos termos dos artigos 88.º e 89.º do CCP.

2. Caso seja exigida a sua apresentação, a caução deverá ser incondicional (*on first demand*) e poderá ser prestada das seguintes formas:

   a. Por depósito em numerário à ordem do Estado Português – Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Abastecimento, nos termos do modelo constante no anexo D ao presente Programa do procedimento;

   b. Mediante garantia bancária ou seguro caução, nos termos do modelo constante no anexo E ao presente Programa do procedimento.

CAPÍTULO V – CONTRATO

Artigo 28.º | Minuta do Contrato

1. A minuta do Contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 98.º n.º 1 do CCP.
2. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário nos termos do disposto no artigo 100.º n.º 1 do CCP.
3. A minuta do Contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.
4. A reclamação da minuta do Contrato a celebrar só pode ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, dos termos do disposto no artigo 96.º n.º 2 e 5 do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

5. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 29.º | Celebração de Contrato

1. Caso aplicável, será celebrado contrato escrito nos termos do artigo 95.º do CCP. A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos artigos 94.º a 106.º do CCP.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, toda documentação que seja necessária ao pontual cumprimento do contrato, certificados de origem do material, bem como certificados de conformidade técnica, emitidos pelo fabricante.
3. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento será publicitado em www.base.gov.pt.

Artigo 30.º | Não Outorga do Contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário selecionado não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no artigo 54.º n.º 4do CCP.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente ao do último prestador selecionado.
3. No caso previsto no n.º 1, poderá ser instaurado ao concorrente selecionado um processo de contraordenação, nos termos consignados nos artigos 455.º e seguintes do CCP.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

Artigo 31.º | Possibilidade de adoção de Ajuste Direto ou Consulta Prévia

Existe a possibilidade de adoção de ajuste direto, nos termos dos artigos 24.º e 27.º do CCP, ou da consulta prévia, nos termos do artigo 27.º-A do CCP, para a repetição de fornecimentos similares aos do objeto do presente contrato.

Artigo 32.º | Encargos do concorrente

São encargos do concorrente as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta, incluindo as despesas relativas à prestação da caução e pagamento de emolumentos decorrentes do processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, caso aplicável.

Artigo 33.º | Consulta Preliminar

Este procedimento foi precedido de consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º-A do CCP, onde foram consultados os fornecedores:

Designação	NIF
Albisabores, Importação e Exportação de Produtos Alimentares, Unipessoal Lda	508282330
ATACADISTA - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR SA	510732100
AVIBOM AVÍCOLA,S.A.	503742732
AZEOL - SOCIEDADE DE AZEITES E ÓLEOS DA ESTREMADURA,S.A.	500320845
Carnes Loução - Industrial Carnes, Lda.	503326488
COMEFRUTAS-COMÉRCIO DE FRUTA,LDA	505161575
Essência d` Fruta Unipessoal Lda	509677029
Eurest Portugal Lda	500347506
EVARISTO LUIS & MATOS LDA	501823638
Francisgood, Industria e Comércio de carnes, Lda	506668185
Iguarias Sorridentes - Unipessoal LDA	514980699
JOMIPSA	A03115896
Lactogal-Produtos Alimentares, SA	503183997
LUGRADE - BACALHAU DE COIMBRA, S.A.	501907890
MAFRIPEIXE - COMÉRCIO DE PEIXE, LDA	501561358
MANUEL GONZALEZ MARTINEZ & FILHOS, SA	500178933
Mundo dos Congelados - Comercio e Industria de Produtos Alimentares, Lda	508757614
PAC & BOM-COMERCIO E SERVIÇOS, LDA	503554049
Panisol-Comercio e Industria de Panificação S.A.	503747297
Pedro & Vicente - Comércio e Industria de Produtos Alimentares, Lda.	502928174
Pires Duarte & Irmão, Lda.	502458747
PIRES SANTOS ESCARIA LDA	500692360
PoAviation Lda	507766822
ROGERIO RODRIGUES LDA	501321144
SaborFrio, Unipessoal Lda	508682002
Sogenave - Sociedade Geral de Abastecimentos ? Navegaç?o e Indústria Hoteleira, SA	500271518
Sulmaré- Empresa de Pesca, Lda	505877287
TRAVOFINO INDUSTRIA DE CARNES LDA	513724176
UPAL - União Panificadora da Amadora Lda	500293562
VARN - Carnes, S.A.	509657036

Artigo 34.º | Proteção de dados

1. As partes obrigam-se durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar todos e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento por força do presente contrato.
2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou abrigo do presente contrato serão tratados na estrita observância e nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados.
3. O adjudicatário compromete-se a não copiar, reproduzir, adaptar, difundir, transmitir ou divulgar quaisquer informações ou dados referentes a terceiros que tenha tido conhecimento por força do presente contrato.

Artigo 35.º | Legislação aplicável

Em tudo quanto for omisso no presente Programa, observar-se-á o disposto no CCP, na sua atual redação, e restante legislação aplicável.

ANEXO A - Modelo de Declaração (anexo I ao CCP)

1. … (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de[1]… (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de … (designação ou referência do procedimento em causa e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada[2] se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo[3]:

   a) …
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

… (local), … (data), … [assinatura[4]].

[1] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas
[2] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "sua representada"
[3] Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
[4] Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO B - Minuta da Proposta

_____(denominação social da empresa concorrente), depois de ter tomado conhecimento do procedimento para _____ (designação do procedimento), obriga-se a efetuar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas no Programa, Caderno de Encargos e demais documentação, pelo preço total de _____ (em algarismos e por extenso), com exclusão do IVA, constituindo este elemento o atributo da sua proposta.

À quantia mencionada acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, na percentagem de _____%, no montante de_____.

Prazo do fornecimento: _____

Prazo de manutenção da proposta: 90 dias úteis

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao qual se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

Data

Assinatura

ANEXO C - Modelo de Declaração (Anexo II ao CCP)

1. … (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de[5]… (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de… (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada[6] não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica…. como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados[7]] os documentos comprovativos de que a sua representada[8] não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

… (local),… (data), … [assinatura[9]].

[5] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas
[6] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"
[7] Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso
[8] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"
[9] Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO D – Caução - Modelo de Guia de Depósito Bancário

Euros _____ €

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/títulos _____ *(eliminar o que não interessar – discriminar no caso de títulos)*, como caução exigida para _____ *(identificação do procedimento)*, nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.
Este depósito, sem reservas, fica à ordem de **Estado Português – Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Abastecimento**, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

ANEXO E – Caução - Modelo de Garantia Bancária / Seguro-Caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(*a*) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de **Estado Português – Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Abastecimento**, uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(*o*) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(*s*) garantido(*s*) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(*a*) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(*s*) garantido(*s*), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

ANEXO F – Informação Complementar do Procedimento

Número do Procedimento	3021010621
Objeto do Contrato	Fornecimento de rações de combate
Decisão Contratar	António Carlos Dias Gonçalves (Diretor Abastecimento) – Despacho n.º 4804/2021, de 22ABR2021 (DR, 2.ª série, n.º 93, de 13MAI2021)
Escolha Procedimento	Concurso Público (Bens) - Al²nea b), n.º 1, artigo 20.º, CCP
Disponibilização Procedimento	www.acingov.pt
Pedidos Esclarecimentos	www.acingov.pt
Prazo Entrega Propostas	Até às 23h59 do 9.º dia a contar do dia útil seguinte ao envio, para publicação, do anúncio previsto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP
Local de Entrega Propostas	www.acingov.pt
Critério Adjudicação	Proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP - Preço
Caução	Não exigida
Consultas Preliminares	Com o objetivo de determinar o respetivo preço base, nos termos do artigo 35-A do CCP, foram efetuadas consultas preliminares ao mercado, as quais podem ser consultadas na Direção de Abastecimento – Divisão de Obtenção durante o horário de expediente

ANEXO G – Outros Requisitos de Admissão

INFORMAÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS

1. CONSULTA DE AMOSTRAS PADRÃO

Não aplicável.

2. ENTREGA DE BOLETIM DE ANÁLISE

Não aplicável.

3. ENTREGA DE FICHAS TÉCNICAS DO ARTIGO

Não aplicável.

4. ENTREGA DE AMOSTRA

Sim.

5. ENTREGA DOS BENS

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO
DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA
SECÇÃO DE ALIMENTAÇÃO
BASE NAVAL DE LISBOA – ALFEITE, 2810-001, ALMADA, PORTUGAL

6. MODALIDADE DE ENTREGA

Pedido ¼nico da quantidade total.

7. PRAZO MÁXIMO DE FORNECIMENTO

Entregas de 2a a 5a no horário das 14h00 às 16h00, até 30 dias após efetuado o pedido de fornecimento (pedidos de fornecimento efetuados apenas em dias úteis).

8. REGISTO FOTOGRÁFICO

Não aplicável.

9. OUTROS REQUISITOS

Não aplicável.

ANEXO H - Regulamento de Avaliação das Propostas

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

ANEXO H

REGULAMENTO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS

O presente documento tem como propósito regulamentar a entrega e a análise das amostras de géneros alimentares, permitindo aferir a adequação do bem a fornecer ao bem pretendido.

Artigo 1º
Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento aplica-se à aquisição de géneros alimentares.
2. O regulamento é de âmbito geral, sendo as especificidades das amostras de cada artigo definidas nos respetivos Cadernos de Encargos.

Artigo 2º
Definição de conteúdos

1. Amostra – réplica dos artigos a fornecer, caso seja adjudicado, incluindo o género alimentar com a constituição e as características, quantidade e qualidade definidas na respetiva especificação técnica.
2. Rotulagem – redigida em língua Portuguesa, letra visível e legível, não manuscrita, devendo conter informação fidedigna e coerente que possibilite uma análise técnica completa e correta das características definidas na respetiva especificação técnica. Os rótulos dos produtos apresentados devem ser originais, não podem conter alterações nomeadamente rasuras, recortes e sobreposição de rótulos.
3. Prazo de Validade – período compreendido entre a data de embalamento e a data da possibilidade máxima de consumo do bem. Os prazos de validade indicados nas especificações técnicas têm início com a entrega do bem nas instalações da Direção de Abastecimento, quer para efeitos de amostra, quer para os fornecimentos.

4. Embalagem primária – Embalagem que se encontra em contacto direto com o produto, sendo responsável pela sua correta conservação e contenção.
5. Embalagem secundária – Embalagem que não se encontra em contato direto com o produto. Destina-se a conter uma ou mais embalagens primárias com um só tipo/variedade de produto. Esta embalagem, a existir, contribui para a proteção físico-mecânica durante a distribuição e pode ser responsável pela comunicação, caso esta última não esteja assegurada na embalagem primária, conforme requisitos de cada especificação técnica.

Artigo 3º

Entrega da Amostra

A amostra deverá ser entregue no local e horário definido no Caderno de Encargos do concurso.

Artigo 4º

Análise da Amostra

1. Qualquer amostra entregue será analisada por uma Comissão de Análise, composta obrigatoriamente por técnicos da área da alimentação, em número ímpar de membros.
2. A Comissão de Análise conduzirá todos os testes descritos no artigo 5º e, quando estipulado nas respetivas especificações técnicas, efetuará a prova organolética prevista no artigo 7º.

Artigo 5º

Testes técnicos expeditos a efetuar

1. A amostra, com base nos requisitos constantes em cada ET, será sujeita aos seguintes testes:
    a) Adequação das condições de transporte;

b) Verificação do estado das embalagens, nomeadamente:
   (i) Integridade;
   (ii) Hermeticamente fechada (quando aplicável);
   (iii) Sinais de descongelação (quando aplicável);
   (iv) Rotulagem;
   (v) Validade.

c) Confirmação do peso total e individual do género, conforme aplicável (bruto, escorrido, seco, outro);

d) Análise visual do género alimentar para aferir da conformidade com o objeto do contrato, nomeadamente:
   (i) Estado de acondicionamento do género, tendo em conta a temperatura sempre que aplicável;
   (ii) Estado de frescura, textura, cor, consistência;
   (iii) Tamanho/calibre.

2. Caso necessário, será solicitada a ficha técnica do género a analisar.

Artigo 6º

Descrição dos testes técnicos expeditos a efetuar

1. **Adequação das condições de transporte**
   Entende-se por meio de transporte o veículo onde o género se encontra armazenado, até ao momento da sua receção na Direção de Abastecimento. O meio de transporte deverá ser adequado aos requisitos do género em apreço. Caso aplicável, a temperatura dos géneros será controlada no momento da sua receção.
2. **Verificação do estado da embalagem**
   Análise exterior da embalagem (da primária e secundária, se for o caso) quanto aos aspetos contemplados na alínea b) do número 1 do artigo 5º. Esta(s) deverá(ão) estar conforme(s) com as condições descritas nas correspondentes especificações técnicas.

3. **Confirmação do peso**

   Pesagem da embalagem e unidades individuais (caso aplicável). Em alguns géneros poderá ser necessário ter em conta o peso escorrido, limpo, seco ou outro que se aplique através do descrito na respetiva especificação técnica.

4. **Análise visual ao género alimentar**

   Compreende a verificação visual de parâmetros como a cor, textura, forma, existência de corpos estranhos e acondicionamento na embalagem, caso se aplique por obrigação da especificação técnica. Medição do tamanho/calibre dos géneros, ou despistagem da existência de sinais visuais de deterioração ou de corpos estranhos, igualmente quando aplicável. No caso de géneros congelados poderá ser necessário proceder à sua descongelação em condições adequadas. Este teste tem a duração de 24 a 48 horas.

Artigo 7º

Prova organolética

Mediante a aplicabilidade ao tipo de género, e apenas quando e nos termos previstos na respetiva especificação técnica, serão analisados os seguintes parâmetros:

a) Sabor/ Paladar;
b) Cor;
c) Cheiro;
d) Textura;
e) Forma;
f) Consistência;
g) Existência de corpos estranhos;
h) Ausência e /ou alteração de componentes;
i) A sua composição.

Artigo 8º

Descrição da prova organolética

1. A prova organolética consiste na degustação do género pela Comissão de Análise, sendo confecionado no caso de não poder ser ingerido no estado em que é rececionado. Será realizada em regime de "prova cega", ou seja, as amostras deverão ser numeradas e apresentadas para análise sem qualquer menção a marca ou a fornecedor.
2. A organização e preparação da "prova cega" cabem à Secção de Alimentação. Os recursos humanos deverão ser diferentes dos nomeados para integrar a Comissão de Análise.
3. A prova organolética será efetuada se o género cumprir com os testes expeditos, referidos no art.º 5º.
4. Cada amostra será sempre analisada em três parâmetros, que constam na respetiva especificação técnica. Caso não seja possível proceder à análise de algum dos parâmetros, os motivos deverão constar expressamente no relatório da Comissão de Análise.
5. O parâmetro sabor/paladar é comum a todos os géneros alimentares objeto da prova organolética, logo fixo. Todos os parâmetros encontrar-se-ão definidos na especificação técnica do artigo em análise.
6. A cada parâmetro será atribuída a seguinte ponderação, perfazendo um total de 100 pontos percentuais:
   a) Sabor/paladar – 60%;
   b) Outros dois parâmetros definidos na especificação técnica – 20% cada.
7. A cada amostra analisada a Comissão de Análise atribuirá, em cada parâmetro, uma pontuação de 0 a 2, considerando a seguinte tabela de equivalência qualitativa:

Pontuação	Eq. qualitativa
0	Mau
1	Satisfatório
2	Bom

8. Não serão submetidos à prova artigos que se considerem impróprios para consumo, sendo de imediato rejeitada a amostra e mencionado o facto em sede de relatório da Comissão de Análise.

Artigo 9º

Resultados da Análise

1. A análise das amostras efetuada pela Comissão apresentará como resultados parciais os seguintes:
   a) "Satisfaz" ou "Não Satisfaz" para o conjunto dos testes descritos no artigo 6º;
   b) No caso de ser efetuada a prova organolética descrita no artigo 8º, será aplicada a seguinte fórmula:

   P=0,6*A+0,2*B+0,2*C

   P=pontuação obtida após análise
   A= média aritmética obtida no parâmetro alínea a), n.º 6, artigo 8º
   B= média aritmética obtida no parâmetro alínea b), n.º 6, artigo 8º
   C=média aritmética obtida no outro parâmetro alínea b), n.º 6, artigo 8º

   Ao resultado obtido corresponderá a designação qualitativa constante na seguinte tabela de equivalências:

Intervalo (P)	Eq. Qualitativa
< 1 (menor que 1)	Não Satisfaz
>= 1 (maior ou igual a 1)	Satisfaz

2. O resultado final traduzirá a aceitação ou rejeição da amostra e será constituído pelos dois resultados parciais contantes no número anterior, sendo que a existência de apenas um "não Satisfaz" implicará a rejeição da amostra.

Artigo 10º

Instruções para Levantamento de Amostras

1. As amostras entregues pelas firmas concorrentes serão analisadas pela Comissão de Análise, nos termos mencionados anteriormente, o que implica a violação da embalagem. Tal como refere o art.º 8º, em algumas situações uma parte dos géneros é confecionada para permitir a necessária análise organolética.
2. Findo o prazo de 10 dias úteis após a receção da notificação de adjudicação, à exceção do adjudicatário, as amostras poderão ser levantadas pelo respetivo concorrente.
3. Os concorrentes, nas condições mencionadas no ponto anterior, para procederem ao levantamento da amostra devem contactar a Secção de Alimentação (Telf.: 210 901 600, email: da.dotalimentacao@marinha.pt) a comunicar essa intenção, de forma a agendar data e hora da recolha.
4. Caso as amostras não sejam levantadas nos prazos indicados no quadro em apêndice, que inicia contagem a partir da data referida no ponto 2. do presente artigo, considera-se que não haverá intenção do concorrente levantar o material, caracterizando-se esta situação como abandono, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 1267 do Código Civil.
5. Todos os artigos abandonados, nos termos do número anterior, serão doados pela Marinha a uma Instituição Particular de Solidariedade Social de reconhecido mérito que tenha interesse em receber, ficando prova documental dessa entrega arquivada na Secção de Alimentação.

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Apêndice ao Anexo G

Géneros Alimentícios	**Prazo de levantamento (dias seguidos)**
Fruta e legumes	3 dias
Peixe ou carne fresca	3 dias
Congelados (carne, peixe, hortofrutícolas)	10 dias
Secos, enlatados e embalados	10 dias
Lacticínios (iogurtes, manteiga, queijo), margarina e ovos	10 dias
Tubérculos (batata, cebola e alho)	3 dias
Gorduras alimentares (azeite e óleo)	10 dias